

## **CAPÍTULO 11**

# Letramentos de resistência em contexto de luta por terra e território na chapada do apodi norte-rio-grandense

GLÍCIA AZEVEDO TINOCO  
UFRN

ADRIANA VIEIRA DAS GRAÇAS  
CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO

### **INTRODUÇÃO**

Práticas de letramento de resistência desenvolvidas no processo de luta por terra e território na Chapada do Apodi norte-rio-grandense durante os meses de junho a dezembro de 2011 constituem o objeto de estudo deste capítulo. Para efeito de recorte de dados, focalizamos as práticas que foram experienciadas em quatro eventos de letramento coordenados pela Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Apodi, no Rio Grande do Norte, em contraposição ao Decreto de 10 de junho de 2011<sup>1</sup>.

---

1 O Decreto de 10 de junho de 2011 foi publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2011. De acordo com o Manual de redação da Presidência da República (2002), decretos que contêm regras singulares (desapropriações, por exemplo) não recebem número de identificação. Eles são identificados por tema e data de publicação. Esse é o caso do decreto a que nos referimos.

Esse documento decreta de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), aproximadamente 13.855,13 hectares de terras da agricultura familiar de 31 assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais do município de Apodi em benefício da instalação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi. Na área dessas desapropriações, porém, há mais de 500 famílias, segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2013).

Desse cenário em disputa, visando à compreensão do potencial das práticas de letramento de resistência das trabalhadoras rurais de Apodi, destacaremos, neste capítulo, os seguintes aspectos: contextualização sócio-histórica da luta em defesa da Chapada do Apodi; explicitação dos pressupostos teórico-metodológicos centrais para este estudo; análise de um recorte de dados; exposição das considerações finais.

Salientamos ainda que, embora possa parecer datada a luta inicialmente travada em 2011, ela continua viva e precisa se fortalecer ainda mais. É nesse sentido que a análise dessas práticas de letramento encontra relevância entre as investigações da área da Linguística Aplicada, mas sobretudo recobre-se de um ato de solidariedade para com a luta camponesa.

**CONTEXTUALIZANDO A LUTA EM DEFESA DA CHAPADA DO APODI**

A Chapada do Apodi abrange os Estados do Rio Grande do Norte (RN) e do Ceará (CE). Essa área, desde os anos 1980, sofre com um processo de desapropriação, expropriação e desterritorialização<sup>2</sup> para atender aos interesses do agro e hidronegócio nacional e internacional. Nosso estudo se restringe ao lado potiguar da Chapada do Apodi, especificamente à área rural do município de Apodi, tendo em vista que é dessa região que trata o Decreto de 10 de junho de 2011.

Com uma população de 34.763 habitantes, sendo que 17.232 residem na área rural (IBGE, 2010), Apodi é um dos poucos municípios brasileiros em que cerca de metade da população continua a viver na área rural. Esse contexto é resultado de um processo de luta, nas décadas de 1980 e 1990, que garantiu uma reforma agrária nessa região de solos férteis e água abundante. Assim, a conquista da terra, aliada à abundância de água e às condições de solo e clima favoráveis à agricultura, contribuiu para o desenvolvimento de um modelo de agricultura familiar de base agroecológica na Chapada do Apodi norte-rio-grandense, transformando-a em uma das maiores cadeias agroecológicas do Brasil.

O município de Apodi se caracteriza ainda por ser o principal produtor de caprinovinocultura do RN e o segundo maior produtor de mel do país (Caderno de participantes da Caravana Agroecológica e Cultural da Chapada do Apodi, 2013). Seu território também protagoniza reconhecidas experiências sustentáveis de convivência com o semiárido, de economia feminista e solidária e de organização social.

---

2 Segundo o Dicionário da Educação do Campo (2012), “desapropriação” é a perda do direito à posse da terra e suas benfeitorias mediante o pagamento de indenizações. Já “expropriação” e “desterritorialização” são processos interligados e correspondem às pressões que sofrem as(os) trabalhadoras(es) para abandonarem suas terras, plantações, práticas culturais, território, sejam resultados das desapropriações em si ou da negação tanto do direito ao trabalho autônomo quanto à prática da agricultura camponesa.

O potencial hídrico e de solos agricultáveis tem despertado o interesse de multinacionais do agro e hidronegócio. Desde 2011, a exploração realizada por essas empresas vem se intensificando por meio da desapropriação de terras, coordenada pelo DNOCS, para a instalação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi. Mentor dos perímetros irrigados no Nordeste, o DNOCS se utiliza de um discurso de prosperidade econômica para o Nordeste, mas, por trás desse discurso, há, na verdade, grande interesse do neoliberalismo no campo, o que gera um processo de exclusão, desrespeito e violência. De fato, muitas famílias que resistiram às desapropriações na Chapada do Apodi se sentiram coagidas pelo DNOCS, durante visitas intimidatórias, para que aceitassem as indenizações propostas. Além disso, houve casos em que representantes do DNOCS adentraram, com tratores e máquinas de escavação, em terras cujas(os) proprietárias(os) não haviam assinado qualquer documento de autorização para isso. Frente a isso, a reação da comunidade, em diálogo com o STTR, foi formalizar denúncia por meio do registro de um boletim de ocorrência (BO) na delegacia local.

Nesse contexto, a luta por terra e território é uma constante, e ela passa, necessariamente, pela leitura e pela escrita como práticas sociais que podem fazer grande diferença em uma sociedade em que não vale a palavra dada (marca de oralidade que, há alguns anos, bastava, especialmente em comunidades rurais), mas a força documental da escrita. Nesse sentido, contrapor-se à instalação do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi é parte dessa luta; lidar com textos escritos que (re)constroem essa luta a cada interação entre os grupos interessados é a outra parte.

O que fundamenta a contraposição a algo que pode superficialmente parecer um universal positivo – irrigação no sertão nordestino – é a análise das consequências dos perímetros irrigados no Nordeste, a exemplo do Jaguaribe-Apodi, na porção cearense da

Chapada do Apodi. Nessa área, comunidades que viviam da agricultura familiar assinaram acordos de desapropriação de suas terras e, por isso, sequer podem entrar mais nas terras em que, por gerações, suas famílias viveram. Com o dinheiro dessas desapropriações, muitas famílias não conseguem comprar outro imóvel no campo nem mesmo nas áreas urbanas. Logo, além de “sem terra”, muitos passam a ser “sem teto”. Desterritorializados, são coagidos a produzir e a consumir alimento contaminado com agrotóxico, trabalhando para grandes empresas de agro e hidronegócio instaladas nessas terras.

Não basta, porém, ter conhecimento e saber falar sobre essa situação sócio-histórica e econômica da Chapada do Apodi. É preciso agir coletiva e colaborativamente, sobretudo, por meio da escrita. Cientes disso, trabalhadoras e trabalhadores, associações comunitárias, grupos de mulheres, movimentos sociais, tais como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Via campesina; pastorais sociais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT); instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sendo uma delas o Centro Feminista 8 de Março (CF8); organizações de direitos humanos, uma dessas de atuação nacional, a Rede Nacional de Advogados Populares; grupos de universidades cearenses e potiguares (TRAMAS/UFC<sup>3</sup>, Ser-Tão/GEDIC/UFERSA/UERN<sup>4</sup>) e outras organizações de âmbito nacional (ASA, CUT, CONTAG, FETRAF<sup>5</sup>),

---

3 O Núcleo “Trabalho, Meio Ambiente e Saúde” (TRAMAS) é um grupo de pesquisa coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dra Raquel Rigotto, da Universidade Federal do Ceará.

4 “Ser-Tão” é um projeto de extensão de assessoria jurídica, vinculado ao Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina (GEDIC), coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Araújo Valença, da Universidade Federal Rural do Semiárido, no Rio Grande do Norte.

5 Siglas relacionadas às organizações de âmbito nacional: “ASA” é Articulação Semiárido Brasileiro; “CUT”, Central Única dos Trabalhadores; “CONTAG”, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares; “FETRAF”, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

em aliança com o STTR de Apodi, construíram diversas estratégias de resistência e frentes de luta em defesa da Chapada do Apodi.

Organizados, esses grupos realizaram diferentes ações: interdição de estradas de acesso aos canteiros de obras, fechamento de portões da entrada das propriedades familiares, formalização de denúncia na delegacia de polícia de Apodi, produção do documentário-denúncia “Reverso” sobre as desapropriações, elaboração e entrega de um dossiê-denúncia ao Ministério da Integração Nacional, escrita e envio de cartas de reivindicação à então Presidenta da República Dilma Rousseff, participação em audiências com órgãos do poder público municipal, estadual e federal, mobilização local, nacional e internacional de atos de apoio e solidariedade à Chapada do Apodi, com manifestações de rua e também em redes sociais (tuitaço, postagens em Facebook). Em significativa parte dessas ações, a escrita exerce tanto papel documental quanto garante visibilidade às ações e favorece novas adesões à luta.

Desse conjunto de agentes políticos na Chapada, o STTR de Apodi, fundado em 1963, é uma importante força local que vem se consolidando politicamente desde o final da década de 1980, período em que protagonizou, juntamente com a CPT, a luta por reforma agrária na região. Com as ameaças das desapropriações na Chapada, o STTR assume o papel de protagonizar a luta em defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores e, com isso, ganha ainda mais relevância, transformando esse território em uma referência de luta contra o agro e hidronegócio no Brasil.

Merece destaque também a instância de organização feminista desse sindicato – a Comissão de Mulheres do STTR. Em razão de ações coordenadas em defesa da Chapada do Apodi, essa Comissão obteve repercussão internacional ao tornar “Somos Todas Apodi” o lema do Brasil na ação de “24 horas de solidariedade feminista pelo mundo”, da Marcha Mundial das Mulheres, em dezembro de 2012.

**Figura 1** – 24 horas de solidariedade feminista pelo mundo (MMM/dezembro/2012)



Fonte: *Blog da Marcha Mundial das Mulheres* <<https://marchamulheres.wordpress.com/>> (fotos 1, 2 e 3) Portal do AD <[portaldoad.blogspot.com](http://portaldoad.blogspot.com)> (foto 4)

Conforme destaca a figura 1, cada uma das ações em defesa do território demandou diferentes práticas de letramento tanto das e dos agentes em defesa da Chapada quanto das e dos representantes do poder público. Foi em decorrência desse processo de luta em defesa da Chapada e do poder de mobilização e interlocução política dos movimentos sociais e do STTR de Apodi que o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi não foi implementado<sup>6</sup>.

6 O Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi não foi implementado até a data desta publicação (primeiro semestre de 2021). Porém, tendo em vista que o atual governo federal se pauta por ideais neoliberais, a luta das famílias do campo tem sido ainda mais desigual desde janeiro de 2019, e nossas forças precisam estar redobradas para defender as terras norte-rio-grandenses da Chapada do Apodi da ganância do agro e hidronegócio.

Interessa-nos, pois, neste capítulo, suscitar a seguinte reflexão: que práticas foram desenvolvidas, como se organizam em função de um projeto coletivo de dizer e que potencial de resistência e de luta social elas representam?

Para responder a essas três questões centrais, explicitaremos inicialmente alguns construtos que fundamentam a análise aqui empreendida.

### **PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

As reflexões construídas ao longo deste capítulo estão amparadas em três vértices centrais: (i) a concepção dialógica da língua(gem) do círculo bakhtiniano (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929] 2009); (ii) os estudos de letramento de vertente etnográfica (KLEIMAN, 1995; 2006; STREET, 1993; TINOCO, 2008); (iii) a metodologia da pesquisa da Linguística Aplicada (MOITA-LOPES, 2006).

O primeiro vértice parte da compreensão da língua(gem) como um processo de interação em que ações de leitura, escrita e oralidade são desenvolvidas porque respondem a outras ações de linguagem e, assim, interferem nas vidas das pessoas. É essa compreensão que nos faz entender o Decreto de 10 de junho de 2011, por exemplo, como um documento legal que, aliado a um discurso de favorecimento do agro e do hidronegócio, os quais, em tese, trariam mais riquezas à região, pode, na verdade, “expulsar” camponeses da terra em que sempre viveram, trabalharam e dela se beneficiam por gerações. De fato, a experiência cearense evidencia que não há “distribuição”, mas “concentração” de riquezas nas mãos dos empresários dos citados ramos. Consequentemente, o Decreto de 10 de junho de 2011 não apenas institui a “força legal” da desapropriação, ele também mobiliza “forças contrárias” nas famílias campesinas, que



demonstram diferentes reações: medo, indignação, resignação, resistência e luta.

Esse processo mobiliza, portanto, forças opostas, o que Bakhtin ([1975] 2002, p. 82) caracteriza como forças centrípetas (unificação) e forças centrífugas (dispersão):

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e de desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilinguismo, tornando-se seu participante ativo. [...] Cada enunciação que participa de uma “língua única” (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras).

Tal conjunto de forças pode ser demonstrado no Decreto de 10 de junho de 2011, que, inicialmente, cumprindo função coercitiva, enuncia a desapropriação de terras da Chapada do Apodi, mas gera, do ponto de vista da recepção, como contrapalavra<sup>7</sup> a carta reivindicatória encaminhada à então Presidenta Dilma Rousseff. Logo, contra a força de unificação do referido decreto, erguem-se outras vozes que buscam se contrapor a esse discurso único, hegemônico e homogeneizante. De um lado, há as forças centrípetas que compelem para a homogeneização de um modelo de agricultura capita-

---

7 Estamos tomando “contrapalavra” na concepção do círculo bakhtiniano, segundo o qual: “A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão. Assim, cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de diálogo; ela está) para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra” (BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929] 2009, p. 137).

lista, tais como o DNOCS, empresas nacionais e multinacionais do agro e hidronegócio, setores do poder executivo de Apodi, alguns representantes do poder legislativo local; de outro, há as forças centrífugas, tais como o STTR de Apodi, a MMM, a CPT, entre outras forças contra-hegemônicas que resistem ao modelo de agricultura capitalista e investem em uma dispersão desses discursos hegemônicos em favor dos modelos de produção do campo.

Assim, há sempre uma relação dialógica entre a palavra enunciada e a contrapalavra que ela gera. Com efeito, a linguagem provoca tensões (a luta em si) e contradições: para o mencionado decreto, “desapropriar” é ação necessária para que o desenvolvimento chegue a Chapada do Apodi, mas, para a maioria das famílias camponesas dessa mesma região, “desapropriar” significa expulsar o povo do campo, o qual já desenvolve um modelo de agricultura exitoso. É, portanto, esse confronto que gera as ações de resistência, corporificadas por diferentes gêneros discursivos: a carta reivindicatória, o BO, o documentário-denúncia “Reverso”, o tuitaço “Somos Todas Apodi”.

Disso decorre a compreensão de que, a cada reação, novas ações de linguagem podem corresponder, e a rede de linguagens, assim como a da vida, continua seu curso a depender das (re)ações de cada lado. Com efeito, nas palavras de Bakhtin/Voloshinov ([1929] 2009, p. 117):

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra, apoia-se sobre o meu interlocutor.

O vértice da concepção dialógica da língua(gem) nos oferece dois aportes basilares. Em primeiro lugar, ele se contrapõe à ideia da verdade absoluta e acabada, ou seja, aquela que poderia consi-

derar o Decreto de 10 de junho de 2011 uma ordem inabalável que levaria a apenas uma reação possível: “cumpra-se”. Em segundo, ele se coaduna bem com a perspectiva freireana de que “O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2000, n.p.). Isso significa que, na interação, as disputas entre o discurso da desapropriação de terras da Chapada do Apodi e o conseqüente avanço do agro e do hidronegócio, de um lado, e o da luta por terra e território em favor da agricultura familiar, por outro, embora tenham forças sociopolíticas desiguais porque representam sujeitos de grupos diferentes, podem alterar o curso do inicialmente planejado. Isso é possível exatamente por causa da força das palavras lançadas entre esses grupos, as quais vão construindo outras verdades e, ao mesmo tempo, o mundo.

Em consonância com esse primeiro vértice conceitual, o segundo se faz na estreita relação entre as práticas dialógicas de linguagem, o mundo social e a perspectiva etnográfica dos estudos de letramento (STREET, 1993; KLEIMAN, 1995; 2006). Essa perspectiva considera que os letramentos se configuram como práticas sociais situadas, que respondem a contextos específicos para atender a objetivos também específicos nos quais a linguagem tenha papel central.

Tal perspectiva é especialmente importante para este trabalho porque ela alarga a esfera de ação dos estudos de letramento, conforme salienta Tinoco (2008, p. 106):

[...] ao focalizar as “práticas sociais” ou, em outras palavras, “o processo de letramento”, alarga-se o raio de ação do letramento em tempo e espaço. Passa-se a vislumbrá-lo como um fenômeno que nos acompanha por toda a vida e nas mais diferentes esferas de atividade (não apenas na escola) com os mais diferentes propósitos e formas de inserção e de participação em eventos de todos os níveis sociais e/ou de escolaridade.

Compreendemos, então, que admitir os letramentos como uma ação plural implica assumir que a vida social é permeada por múltiplas linguagens com diferentes funções sociais. Nesse sentido, vemos que as ações de resistência e de luta na Chapada do Apodi se concretizam pela combinação de várias linguagens (cinematográficas, cênicas, musicais, publicitárias) que entrelaçam leitura, escrita e oralidade com vistas à transformação social. Essa transformação, por sua vez, que teve início em uma pequena sala de sindicato de área rural de um município do interior do semiárido nordestino pode ter reverberação nacional e até internacional, conforme demonstram os dados deste capítulo. Tudo depende da rede de linguagens a ser entrelaçada pelos sujeitos em interação.

Desse segundo vértice, três conceitos nos são especialmente importantes: práticas, eventos e agentes de letramento. Segundo Heath (1982, p. 50), eventos de letramento são “[...] ocasiões em que a língua escrita é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de suas estratégias e processos interpretativos”<sup>8</sup>. Em cada evento (unidade concreta, que pode ser fotografada, gravada em áudio e em vídeo), podemos observar diferentes práticas de letramento, as quais estão relacionadas às estruturas culturais e de poder de determinada sociedade (STREET, 1993). Isso significa que as práticas de letramento são determinadas por aspectos culturais, sociais e derivam também das relações de poder instauradas nas diferentes situações de comunicação. Já agente de letramento, conceito desenvolvido por Kleiman (2006, p. 84), refere-se a “[...] um agente social e, como tal, é conhecedor dos meios, fraquezas e forças dos membros do grupo e de suas práticas locais, mobilizador de seus saberes e experiências”. Portanto, ser agente de letramento

---

8 “[...] literacy events: occasions in which written language is integral to the nature of participants’ interactions and their interpretive processes and strategies.”

é agir no mundo, no processo vivenciado e contribuir para a construção e o engajamento de outros agentes. Podemos considerar assim que não há “[...] como pensar na questão da resistência sem pensar na posição do agente, na sua própria agência” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 204).

Seguindo essa mesma direção teórica, algumas pesquisas no Brasil (SOUZA, 2009; SITO, 2010, por exemplo) tomam as práticas de letramento de ativistas/lideranças de movimentos sociais como objeto de estudo, e isso tem contribuído tanto para dar visibilidade a letramentos que, em geral, não são reconhecidos pela escola/universidade quanto para a circulação de um conceito dessas pesquisas derivado: letramento de resistência ou letramento de reexistência.

Contextualizada em ambiente urbano da capital paulista, a pesquisa de Souza (2009) salienta que as práticas de letramento desenvolvidas por ativistas do movimento *hip hop* conseguem dialogar mais com a realidade sócio-histórica de suas comunidades do que as práticas que, em geral, são desenvolvidas no ambiente escolar. Os dados da citada pesquisadora demonstram que, ao valorizar as experiências culturais do lugar, o movimento *hip hop* contribui também para o reposicionamento de suas identidades de negros, ativistas e educadores.

Já o estudo realizado por Sito (2010), na comunidade quilombola de Casca, área rural do município de Mostardas, no Rio Grande do Sul, trata de práticas de letramento desenvolvidas por lideranças quilombolas durante o processo de titulação para reconhecimento do território quilombola. A apropriação das práticas de letramento por essa comunidade, requeridas na luta pela titulação da terra, contribuiu para produzir condições para que os indivíduos da comunidade construíssem um processo de reposicionamento identitário, ou seja, de “tornarem-se quilombolas”. Os letramentos de resistência nessa comunidade foram capazes, pois, de construir a

reexistência de cada indivíduo e da coletividade. Mais uma vez, as linguagens constroem e são construídas pelo mundo que não “é”, porque está constantemente “sendo”, de acordo com Freire (2000).

Da leitura desses dois trabalhos acadêmicos, compreendemos que os letramentos de resistência (ou de reexistência) estão ligados a processos de disputa de poder. Assim sendo, também se trata de um processo de invenção e de reinvenção de práticas e de agentes – a depender de cada evento vivenciado. E isso não se aprende na escola, importante agência de letramento, conforme salienta Kleiman (1995), mas que, na maioria das vezes, focaliza a leitura e a escrita como processos cognitivos (não como práticas sociais) e busca a homogeneização de saberes e fazeres como se não vivenciasse lutas de diferentes naturezas.

Com efeito, uma das convergências entre os dados de Sousa (2009) em comunidade urbana paulistana, os de Sito (2010) em área rural do sul-rio-grandense e os de Graças (2019) na Chapada do Apodi norte-rio-grandense é que os letramentos de resistência são eminentemente vivenciais. Logo, reinventar práticas implica que os indivíduos na e pela linguagem se reposicionam identitariamente e se constituem em agentes de suas próprias vidas e das transformações sociais de suas comunidades. Com isso, constroem-se referências culturais e relações de poder contra-hegemônicas de modo que diferentes práticas de leitura, escrita e oralidade possam ser vivenciadas e reconhecidas.

Para chegarmos a essa compreensão, um terceiro vértice nos oferece forte amparo: a Linguística Aplicada (LA). Pesquisar sobre práticas de letramento de resistência é, metodologicamente, possível por nos afiliarmos à LA, área de conhecimento que é transdisciplinar, transgressora, intercultural e, especialmente quanto à ética na pesquisa, segundo Moita Lopes (2006, p. 104), a LA se posiciona como representante de:

[...] uma ordem mais sensível às realidades humanas, especialmente ao sofrimento humano do que aquela representada por valores modernistas, ocidentalizados, liberais e universais, apoiados por uma comunidade epistêmica universalista, alimentada pelo mercado livre transnacional em um mundo novo globalizado e liberal. É assim que entendo que a LA contemporânea pode colaborar na construção de “um novo paradigma social e político” e “epistemológico”.

Essa preocupação da LA com a linguagem em uso e, mais, levando em consideração o sofrimento humano permite que, na condição de pesquisadoras(es), atuem de maneira situada e nos vinculemos aos interesses das(os) colaboradoras(es) que conosco repensam o mundo social. Entendemos que essa é uma das grandes contribuições que a LA oferece à consolidação dos paradigmas social, político e epistemológico de suas pesquisas. Em consonância com essa área de conhecimento estão os estudos de letramento de vertente etnográfica, cuja concepção de língua(gem) é do círculo bakhtiniano. Em suma, são esses os vértices que ancoram o olhar investigativo deste capítulo.

## **ANÁLISE DE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NA CHAPADA DO APODI**

Resistir às desapropriações de terras na Chapada do Apodi norte-rio-grandense requereu das trabalhadoras rurais diversas práticas de letramento no sindicato, nas ruas, nos canteiros de obras e nas rodovias. Entre as práticas vivenciadas nesse processo, destacamos as de quatro eventos<sup>9</sup> específicos: (i) escrita da carta assinada

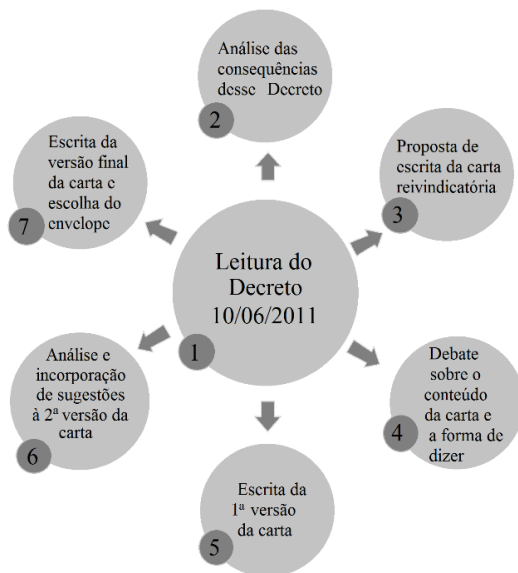
---

9 Para efeito de organização dos dados, estamos tomando quatro eventos distintos. Salientamos, porém, que essa organização não corresponde, necessariamente, à quantidade de dias de trabalho que cada evento exigiu.

pela Comissão de Mulheres do STTR de Apodi; (ii) escrita de cartas assinadas individualmente por trabalhadoras de assentamentos e comunidades de Apodi e envio dessas cartas à então Presidenta da República; (iii) mobilização nas ruas de Apodi e de outros municípios brasileiros bem como nas redes sociais; (iv) recepção e divulgação da carta-resposta da Secretaria da Presidência da República.

Desde o primeiro evento de letramento, cujo objetivo era reivindicar, à então Presidenta da República Dilma Rousseff, a revogação do Decreto de 10 de junho de 2011, as trabalhadoras se envolveram – sempre coletiva e colaborativamente – em diversas práticas de letramento. Vejamos algumas delas.

**Figura 2** – Práticas de letramento do evento 1



**Fonte:** acervo de Graças (2019)



No evento 1, leitura, escrita e oralidade se conjugam em favor de uma meta coletiva: a produção de uma carta que reivindique a revogação do Decreto de 10 de junho de 2011. Essa carta (ver anexo), ancorada no ponto de vista da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi, trata das consequências desse decreto para as famílias que podem ser expulsas da terra e para as experiências agroecológicas que, em desenvolvimento há mais de 20 anos na região, são majoritariamente construídas pelas mulheres em quintais produtivos<sup>10</sup>.

A exemplo do trabalho nos quintais produtivos, também a construção dessa carta seguiu a metodologia da ação coletiva, conforme salienta o depoimento de Mastruz<sup>11</sup>, moradora de um assentamento da reforma agrária na porção norte-rio-grandense da Chapada do Apodi:

Foi reunida uma turma... Vieram pra cá, pro sindicato... A gente foi dizendo o que queria, o que não queria... A gente foi fazendo a carta aqui, no sindicato [...] a gente conversou mais ou menos o que queria – e todo mundo queria a mesma coisa, né, contra esse projeto.

Nesse evento, a escrita é processual e se constrói como resultado de interações. Não se trata de uma ação individual, pensada hierarquicamente por alguém que ocupa uma posição de poder na Comissão de Mulheres. Essa prática colaborativa de ler o decreto, analisar as consequências dele para a vida das comunidades a se-

---

10 No semiárido nordestino, “quintal produtivo” é uma área ao redor da casa onde há uma produção diversificada. Nela, há o cultivo de plantas fitoterápicas, frutíferas e hortaliças, a criação de pequenos animais (aves, caprinos, ovinos, suínos) e o beneficiamento da produção, gerando renda para a família e fazendo girar a economia local. É também um importante espaço de preservação de sementes crioulas, ou seja, sementes adaptadas à região e conservadas pela família. Esse quintal é ainda utilizado para momentos de organização de ações coletivas na comunidade.

11 Mastruz é o pseudônimo escolhido por essa trabalhadora que participou ativamente das ações dos eventos 1 e 2. Ela nos concedeu entrevista em 30 de abril de 2018.

rem atingidas, propor a escrita de uma carta reivindicatória assinada pela Comissão, ouvir cada uma das participantes e escrever, naquele momento de efervescência de ideias, uma versão inicial da carta que, depois de lida, foi reescrita algumas vezes para incorporar sugestões das participantes responde às demandas do grupo de forma coletiva e solidária, maximizando o caráter social da linguagem. Tal processo de compartilhamento de saberes e experiências de vida favorece a produção do texto colaborativo e fortalece as próprias mulheres que, independentemente da escolaridade, tornam-se autoras de um dizer coletivo.

Conforme demonstra a figura 2, sete práticas são desenvolvidas por mulheres com diferentes escolaridades (algumas sabem apenas escrever o próprio nome) que trabalham juntas, utilizando a escrita como uma tecnologia a favor de uma demanda situada. O produto dessas práticas – a carta de reivindicação – é de responsabilidade coletiva, e isso fortalece tanto o documento quanto o grupo.

Outro dado a se ressaltar é que a carta é manuscrita. Isso sinaliza as condições de trabalho do grupo: não há computador nem impressora, mas isso não as impede de agir. A tecnologia que interessa é a própria escrita e ela é dominada por parte do grupo. A outra parte contribui com o aprimoramento do dizer a partir de seus saberes experienciais. Temos aqui letramentos de resistência operacionalizados com as potencialidades e os recursos do grupo.

Cientes da disputa ideológica que essa reivindicação representa, as mulheres discutem o conteúdo da carta e o modo de dizer pensando tanto na interlocutora direta (Dilma Rousseff) quanto na audiência mais ampla – agentes interessados no agro e hidronegócio. Afinal, contrapondo-se ao decreto, a carta reivindicatória instaura enunciados que oferecem concretude a uma intensa disputa de poder.

Para tanto, nessa carta, as escreventes constroem diferentes movimentos. Um deles é de aproximação da Presidenta Dilma Rousseff, conforme vemos no trecho<sup>12</sup> a seguir:

Presidenta Dilma, é com enorme prazer e confiança que nós, representantes da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi e militantes da Marcha Mundial das Mulheres, moradoras de diversas comunidades de Apodi, escrevemos para pedir encarecidamente que você RETIRE de nossa terra – que com feijão, arroz, pão e esperança alimenta o nosso povo – o decreto DE No 0-001, DE 10 DE JUNHO DE 2011.

O parágrafo introdutório do corpo da carta apresenta escolhas lexicais que cumprem o propósito de explicitar à interlocutora que, embora a carta seja de reivindicação, ela é também revestida de “enorme prazer e confiança”. Afinal, sendo as remetentes mulheres trabalhadoras e militantes, a destinatária, também mulher e alçada à posição máxima do poder executivo, inspira confiança, e não apenas por uma questão de gênero, mas pela militância de sua história política. Conseqüentemente, temos, nesse enunciado, uma tentativa de posicionar a interlocutora ao lado da luta camponesa.

Possivelmente devido a essa aproximação, as escreventes tenham se sentido à vontade para utilizar o pronome “você” (não o pronome adequado ao cargo de Presidenta da República: Vossa Excelência), seguido do verbo “RETIRE” que, em caixa alta, é como se representasse a voz dessas mulheres a “gritar uma palavra de ordem”. Porém, antes mesmo da inserção do objeto direto “o decreto”, elas caracterizaram a própria terra, utilizando, inicialmente, um pronome na primeira pessoa do plural “nossa”, o que reforça tanto

---

12 Para melhor legibilidade, digitamos os trechos da carta reivindicatória que utilizamos neste capítulo. Salientamos, porém, que, no original, essa carta é manuscrita (ver anexo), bem como as outras 1.999 enviadas à então Presidenta Dilma Rousseff.

a coletividade das escreventes quanto a aproximação entre as interlocutoras da carta; em seguida, há uma oração adjetiva que explicita ser a terra daquela região produtora de alimentos e de “esperança” para o “nosso” povo. Com essa estratégia, controlam a subjetividade, posto que o uso de “nossa terra” e “nosso povo” inclui também a Presidenta como representante da Chapada do Apodi, e isso se reforça ao colocar a “esperança” como item produzido nessa terra, a exemplo de “feijão”, “pão” e “arroz”. Essa escolha abre um estreito diálogo com o discurso assumido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), cujo lema, especialmente no período histórico em que essa carta foi escrita, evocava a esperança de um Brasil mais justo e igualitário.

É interessante observar, ainda nesse primeiro parágrafo, que, conquanto originalmente o documento que querem ver revogado não tenha numeração, as escreventes alteram isso: “[...] o decreto DE No 0-001, DE 10 DE JUNHO DE 2011”. Nas entrevistas realizadas, não houve consenso acerca do motivo que as levou a inserir um número a um decreto sobre o qual não tinham controle de registro. Inferimos, porém, que a prática de lidar com documentos numerados no STTR tenha sido o esteio para essa decisão.

No segundo parágrafo da carta, o movimento de aproximação com a interlocutora continua a ser construído habilmente. Vejamos:

A região do Apodi é a mesma que LULA veio em 2005 e nos encheu de esperança, assinou o primeiro contrato PRONAF MULHER do país. Nela, há muitas experiências de organização de mulheres. É também uma região com muitas experiências de convivência com o semiárido, pois aqui criamos abelhas, galinhas, caprinos e plantamos de forma agroecológica. Apodi é um dos poucos municípios que a população rural é maior que a urbana.

Compreendendo a conjuntura nacional, o alinhamento político entre o governo anterior (“LULA”) e o governo da Presidenta Dilma,

as escreventes caracterizam como positivas as ações desenvolvidas, desde os anos 1990, nessas terras de reforma agrária, salientando a assinatura do “primeiro contrato PRONAF MULHER do país”, as “muitas experiências de convivência com o semiárido” e o fato de a população rural de Apodi ser maior que a urbana como causas plausíveis para demonstrar o segundo movimento, que é de dispersão do discurso contrário a partir da explicitação de uma contradição do referido decreto. Sob o ponto de vista dessas escreventes, as desapropriações não trariam desenvolvimento para a região, elas destruiriam um projeto que vem sendo construído há décadas, com investimento de dinheiro público e resultados positivos, para abrir espaço aos interesses de grandes empresas nacionais e internacionais do hidro e do agronegócio.

Nessa mesma carta, também há interlocução com agentes contrários à resistência das escreventes (DNOCS e empresários), conforme se pode inferir no trecho a seguir.

Nas nossas comunidades [...] plantamos feijão, arroz, batata, macaxeira, frutas, verduras e criamos pequenos animais para a nossa alimentação diária. A chegada desse decreto nos expulsará de nossas terras, nos distanciará de nossos laços de amizade e, inclusive, de nossas famílias. Com esse decreto, nós deixaremos de produzir para o próprio sustento e seremos obrigadas a vender nosso trabalho para poluir nossas águas e nosso chão e colocar em nossas mesas comida envenenada ao invés do arroz e do feijão agroecológico que nós mesmas produzimos.

O “decreto” a que as escreventes se referem foi publicado pela Presidência da República como resultado de uma demanda do DNOCS, que desconsiderou todas as atividades de produção já desenvolvidas na região em favor de um outro projeto de economia: o das grandes empresas interessadas nessas terras. Além disso, ao mencionarem que a descontinuidade desse modelo de trabalho as obrigaria a “vender nosso trabalho para poluir nossas águas e nosso

chão e colocar comida envenenada em nossas mesas ao invés do arroz e do feijão agroecológico”, elas fazem referência às empresas de agro e hidronegócio para as quais, por uma questão de sobrevivência, teriam de trabalhar. No Brasil, essas empresas são responsáveis pelo uso de diversos agrotóxicos, alguns deles proibidos há anos em outros países. Assim, essas mulheres demonstram que não querem apenas permanecer na terra. Querem também contribuir para a não contaminação das terras da Chapada do Apodi e para o incentivo ao trabalho livre e autônomo, com soberania alimentar.

Salientamos ainda, por relevante, o quarto parágrafo da carta. Vejamos.

ESTE DECRETO Nº 0-001 DE 10 DE JUNHO DE 2011 AMEAÇA A VIDA NO CAMPO, ENVENENA NOSSA TERRA E TRAZ AGRICULTURA EMPRESARIAL IRRIGADA, SUBSTITUINDO A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA. ISSO NÃO NOS INTERESSA, NÃO SERVE PARA NOSSAS VIDAS, NOSSAS FAMÍLIAS NEM PARA O NOSSO FUTURO.

O uso de um recurso semiótico<sup>13</sup> de destaque – a caixa alta – para um parágrafo inteiro da carta parece atender a duas funções: ratificar os argumentos já utilizados em parágrafos anteriores e frisar o que mais interessa com vistas a, possivelmente, levar a Presidenta da República a uma reação: revogar o decreto. Em uma analogia, podemos considerar que o quarto parágrafo se assemelha a uma mobilização de rua em que, juntas, as mulheres gritam palavras de ordem. Feito isso, nada mais resta a não ser despedirem-se (5º parágrafo) e assinarem.

---

13 Outro recurso semiótico utilizado pela Comissão de Mulheres da STTR se refere à escolha do envelope. Essa escolha foi feita no primeiro evento, mas nos ateremos a ela no segundo porque é nele que a simbologia do envelopamento se faz junto às mulheres das comunidades e dos assentamentos.

Em suma, os trechos analisados demonstram que letramentos de resistência se vinculam a forças centrípetas e centrífugas que exigem (re)ações de agentes que estão em diferentes lados. Cientes disso, as trabalhadoras parecem ter percebido, no processo, que escrever uma carta coletiva não era suficiente. Elas decidiram fazer um mutirão de escrita de cartas individuais nas comunidades e nos assentamentos de Apodi, conforme Mastruz relata:

[...] depois levamos ((refere-se à carta escrita pela Comissão de Mulheres do STTR)) pros assentamentos, pra outras mulheres escreverem e umas assinarem [...] pras que não sabiam escrever, a gente lia a carta, escrevia pra elas e elas assinavam.

Esse relato nos remete ao segundo evento de letramento, cujo objetivo era replicar a carta de reivindicação nas comunidades e nos assentamentos. Porém, essa prática não se configurava como um simples exercício de cópia da carta da Comissão de Mulheres do STTR. Em reunião com as representantes das comunidades e dos assentamentos, houve discussões sobre a proposta do decreto, as desapropriações, os riscos do agro e hidronegócio na região e a importância de se dialogar com o governo federal, reivindicando a revogação do referido decreto. Para subsidiar essas discussões, novas práticas foram desenvolvidas. Vejamos.

**Figura 4** – Práticas de letramento do evento 2



**Fonte:** acervo de Graças (2019)

Diante da disputa instaurada, a Comissão de Mulheres do STTR de Apodi pensou, estrategicamente, na escrita e no envio não de apenas uma carta, mas de duas mil cartas assinadas individualmente por trabalhadoras rurais da região. Essa estratégia recobria um objetivo central: (im)pressionar a Presidenta da República e, com isso, levá-la a revogar o Decreto de 10 de junho de 2011. Porém, ao mesmo tempo, essa estratégia se recobre de simbologias especiais: as trabalhadoras não desconsideravam a importância de uma carta



coletiva assinada pela Comissão, mas pensaram no impacto visual de um grande número de cartas chegando todos os dias na Secretaria da Presidência da República, como se fosse uma mobilização de rua com duas mil mulheres revozeando os dizeres da Comissão de Mulheres do STTR. Além disso, por não chegarem todas as cartas juntas, era como se, a cada dia, várias vozes chegassem à Secretaria para lembrar e reforçar a reivindicação da Chapada do Apodi.

Para tornar essa simbologia ainda mais vigorosa, outra escolha semiótica foi agregada à linguagem escrita: a cor roxa do envelope. Essa cor representa o movimento feminista em diversos países do mundo. Além disso, ela também geraria destaque às cartas das trabalhadoras de Apodi em meio às inúmeras correspondências que, possivelmente, a Secretaria da Presidência da República recebe todos os dias. Assim, foram distribuídos os dois mil envelopes roxos para garantir que todas as cartas seriam enviadas com esse envelope específico e, sistematicamente, as coordenadoras passaram a visitar cada comunidade, a fim de explicar o decreto, as consequências das desapropriações e do agro e hidronegócio na Chapada e, depois, subsidiar a escrita das cartas individuais.

O sucesso desse evento está atrelado à participação de agentes de letramento que, a exemplo de Mastruz, (re)conhecem as forças organizativas dos grupos de mulheres das diferentes comunidades e assentamentos. Uma dessas forças é o potencial de mobilização das trabalhadoras. Para o mutirão de escrita da carta, elas foram chamadas via anúncio na rádio local, telefonemas e visitas casa a casa. Esse chamamento foi necessário para que o número inicialmente planejado (2 mil cartas) fosse atingido. Nessa atividade de mobilização, não era necessário que todas soubessem ler ou escrever. Imprescindível era compartilhar a compreensão das ameaças do decreto e, conseqüentemente, mobilizar outras mulheres para fortalecer a luta. Assim, tanto as coordenadoras da Comissão

de Mulheres do STTR quanto as lideranças locais se constituíam igualmente como agentes no processo de mobilização, mas cada uma oferece sua contribuição de acordo com suas competências e habilidades. É na coletividade que se tornam plenas.

Para apresentar o Decreto de 10 de junho de 2011 e coordenar o debate das consequências dele na vida das comunidades e dos assentamentos, as coordenadoras da Comissão de Mulheres assumiram a liderança, tendo em vista que são elas que participam de espaços mais amplos para levar as pautas das(os) trabalhadoras(es) para fora da comunidade e trazer informações para as comunidades, subsidiando as discussões locais.

Um instrumento utilizado para a análise das consequências do decreto foi o documentário “O veneno está na mesa”, que mostra os índices de contaminação dos alimentos no Brasil e as consequências disso para a saúde. Após a exibição, todas debatiam o vídeo e estabeleciam relações entre ele, a vida de cada uma e de suas comunidades.

Feito isso, as coordenadoras da oficina socializam a proposta da carta coletiva e do envio de 2000 cartas para pressionar a Presidente Dilma a revogar o decreto de desapropriações. Nessa oficina, havia a preocupação também com as mulheres que tinham pouca ou nenhuma escolaridade. Para que todas pudessem participar, foram constituídas escribas que liam a carta da comissão, ouviam os detalhes que cada mulher solicitava que fossem inseridos em sua própria carta, registravam-nos e, depois, orientavam a escrita da assinatura. Esse procedimento demonstra que a “replicação” da carta acabou por se constituir como uma oportunidade de escrita de cartas individuais, haja vista que, embora houvesse um projeto coletivo de dizer, cada mulher exercia o direito de fazer inserções em sua própria carta de modo a tornar singular o texto que, tratando da vida de todas, trazia a coloração de cada uma. Nessa construção coletiva, as mulheres que sabiam ler e escrever ajudavam as

que não tiveram acesso à escolarização e todas, simbolicamente, construíram uma forma de ter acesso à Presidenta da República.

A finalização desse processo – terceiro evento, em 18 de novembro de 2011 – contou com uma comitiva de cinco mulheres que, empunhando a bandeira da MMM e entoando palavras de ordem com *slogans* da luta pela Chapada, foram postar a última remessa de cartas na agência dos Correios de Apodi. Para viabilizar o envio das duas mil cartas, as trabalhadoras rurais fizeram uso do serviço de Carta Social<sup>14</sup>.

Em um projeto coletivo para rechaçar ameaças à vida no campo em favor da manutenção do direito de escolher o que plantar e o que comer, diversas ações de linguagem, em diferentes semioses, foram desenvolvidas. Assim, todas foram se construindo como agentes de letramento.

Um dos resultados dessas ações foi o envio da carta-resposta da Secretaria da Presidência da República à Comissão de Mulheres do STTR. Isso gerou o quarto evento de letramento cujas práticas se vinculavam ao objetivo de refletir sobre a posição da então Presidenta: haveria disposição do governo federal para dispersar as forças neoliberais do decreto e unificar-se aos interesses das trabalhadoras e trabalhadores da Chapada do Apodi?

A carta-resposta sinaliza uma possibilidade de flexibilizar o discurso de desapropriação. Na breve carta encaminhada pela Secretaria da Presidência da República, especificamente no segundo parágrafo do corpo da carta, explicita-se uma abertura para o diálogo com o povo da Chapada, conforme podemos observar no trecho reproduzido a seguir:

---

14 Segundo a Portaria nº 245, de 09 de outubro de 1995, a carta social é remetida por pessoa física, tendo limite máximo de peso igual a 10 gramas; endereçamento manuscrito, com a indicação “carta social”; franqueamento por meio de selo postal adesivo. No período, o valor da Carta Social custava dois centavos.

Pela natureza do assunto, informo que cópia da correspondência foi encaminhada ao Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio a Decisão da Presidência da República.

Com essa resposta, a luta das mulheres se renova. A posição da Presidenta poderia, ao mesmo tempo, dispersar as forças do decreto e unificar-se às forças da Chapada. Diante disso, a coordenadora da Comissão de Mulheres escaneou e divulgou uma cópia da carta no *website* do STTR. Divulgou a notícia no programa de rádio semanal do STTR e a leitura da carta fez parte da pauta de reuniões das comunidades e dos assentamentos que se mobilizaram anteriormente para a escrita das duas mil cartas. A intenção da Comissão de Mulheres era dizer às outras trabalhadoras que todo aquele processo no qual se engajaram foi considerado porque a carta delas havia se transformado em um dos documentos de apoio à posterior decisão da Presidência da República. E essa decisão, por ora, preserva pelo menos em parte a Chapada do Apodi dos interesses do agro e hidronegócio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que significa, enfim, pesquisar sobre letramentos de resistência? Para responder a essa pergunta, tentaremos responder, inicialmente, a outra: o que é resistência, afinal? No Brasil, resistência não é apenas uma palavra. É, sobretudo, uma prática. E bastante experienciada. Os povos indígenas resistem há mais de cinco séculos contra a invasão e a expropriação de suas terras, o extermínio de suas práticas culturais e lutam em defesa de suas próprias vidas. Os povos negros resistiram à escravidão, à negação de suas culturas, à perseguição das religiões de matriz africana e ainda resistem a preconceitos e ao extermínio da juventude negra nas periferias do

país. Os povos do campo, a exemplo das comunidades e dos assentamentos da Chapada do Apodi, resistem pela mãe terra, pela reforma agrária, pela produção do alimento para subsistência, pela prática da agroecologia, pela economia solidária.

De igual forma, tratar de resistência é também focalizar as mulheres que resistem contra o patriarcado e o machismo, os quais em pleno século XXI ainda tentam dominar social, cultural, econômica e fisicamente as mulheres. Porém, a história do Brasil (e do mundo) nos mostra que sejam índias, negras, camponesas, mulheres sempre estiveram ombro a ombro com homens na resistência e na luta pela vida e pela sobrevivência. A história do povo brasileiro é, em suma, uma história de resistências.

Em uma sociedade grafocêntrica, na qual a escrita exerce importância e poder, essa resistência, em especial no que tange às mobilizações de luta por terra e território, requer mais do que ocupações de terras, bloqueio de rodovias, fechamento de portões. É necessário também a utilização da leitura e da escrita como estratégias de diálogo com o poder público, na tentativa de se ter um acordo, e com a sociedade, na perspectiva de receber o apoio necessário para a luta, que também pode, em solidariedade, atuar na pressão do governo. Nesse processo, a escrita ultrapassa os meios físicos de divulgação, tendo importância as mídias digitais e redes sociais, que também passam a ser espaço de luta e resistência, conforme demonstram nossos dados.

Os dados trazidos à análise apontam que as práticas de letramento de resistência em torno da carta para a Presidenta Dilma Rousseff, mobilizados em âmbito local e aliados a outras práticas de letramento e mobilização popular, fortaleceram a organização e o empoderamento das trabalhadoras rurais da Chapada do Apodi. Isso contribuiu para transformar um problema local em uma luta coletiva internacional. Independentemente da escolaridade, as

trabalhadoras rurais da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi atuaram como importantes agentes de letramento.

Para responder à ação de linguagem do governo federal (o decreto) que decretava a desapropriação de terras pertencentes por gerações a centenas de famílias na Chapada do Apodi, as trabalhadoras rurais de Apodi mobilizavam práticas de letramento que, ao mesmo tempo em que questionavam a postura do governo federal, também reivindicavam a revogação do decreto de desapropriação. De fato, as práticas desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais na Chapada do Apodi cumprem o propósito de informar ao governo federal e às empresas do agro e hidronegócio que o povo apodiense não está disposto a se entregar sem luta e, por isso, segue resistindo e lutando na e pela Chapada.

Nesse contexto, nossa contribuição foi a de dar visibilidade a práticas de letramento de resistência desenvolvidas por mulheres do STTR de Apodi em defesa e em proteção de si mesmas, da terra e do território. Assim, os usos da escrita em panfletos, faixas, cartazes, bandeiras e na própria carta de reivindicação cumprem o propósito de informar a decisão de não aceitarem sair do território, abrir mão das suas culturas, produzir e nem consumir alimentos envenenados. Em outras palavras, isso significa manter-se firme e lutar pela própria vida e pela vida da coletividade: resistir e, ao mesmo tempo, reexistir.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN/VOLOSHINOV [1929]. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 6a ed. São Paulo: Hucitec. 2009.

BAKHTIN, M [1975]. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 5a ed. São Paulo: Hucitec. 2002.

BRASIL. *Decreto de 10 de junho de 2011*. Brasília-DF: Diário Oficial da União. Ano CXLVIII N. 112, p. 1-2. 2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Brasil, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CALDART, R. S. et al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

CARAVANA AGROECOLÓGICA E CULTURAL DA CHAPADA DO APODI, 2013, Apodi. *Caderno de participantes*. Apodi: Articulação Semiárido Brasileiro; Articulação Nacional de Agroecologia. 2013.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2012 [Coordenado por Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Flávio Lazzarin do Centro de Documentação Dom Tomás Bauduino]. Goiânia: CPT Nacional, 2013. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 1a Ed. UNESP: São Paulo. 2000. Não paginado.

GRAÇAS, M. A. V. *Letramentos de resistência: mulheres na luta por terra e território na Chapada do Apodi*. 2019. 101f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

HEATH, S. B. *What no bedtime story means: narrative skills at home and school*, *Language in Society*. 1982. p. 49-76.

KLEIMAN, A. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, A. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. In: Corrêa, Manoel; Boch, Françoise. (Org.). *Ensino de Língua: Letramento e Representações*. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.

MOITA LOPES, L. P. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

RAJAGOPALAN, K. Teorizando a resistência. In: *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília. UnB; Oficina Editorial do Instituto de Letras; Editora Plano, 2002. p. 203-220.

SITO, L. R. S. *Ali está a palavra deles*. Um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, A. L. S. *Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

STREET, B. *Cross-cultural approaches to literacy*. New York: Cambridge University Press, 1993.

TINOCO, G. *Projetos de letramento: ação e formação de professores de língua materna*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.



**ATIVIDADES REFLEXIVAS SOBRE O CAPÍTULO 11**

Tendo como pando de fundo os letramentos no contexto de luta por terra e território na Chapada do Apodi Norte-Rio-Grandense, reflita.

1. Que práticas de letramento as mulheres da Chapada do Apodi mobilizaram nos diferentes eventos que desenvolveram em defesa de suas terras e territórios?
2. Por que essas práticas mobilizadas pelas mulheres da Chapada do Apodi podem ser consideradas letramentos de resistência/reexistência?
3. Qual é o potencial desse trabalho com a língua(gem), a leitura e a escrita para a mudança social?

ANEXO

/ /

Apodi/PN, 18 de novembro de 2011.

Saudações de uma terra de pau firme e mulheres de luta!

Presidente Dilma é com enorme prazer e confiança que nós representantes da Comissão de Mulheres do SIFR de Apodi e militantes de jornada mundial das mulheres, moradores de diversas comunidades de Apodi, escrevemos para pedir encorajadamente que você RETIRE de nossa terra - que com feijão, arroz, feijão e esperanças alimenta o nosso povo - o decreto de N.º 0.001, DE 30 DE JUNHO DE 2011.

A região de Apodi é a mesma que LULA veio em 2005 e nos enchera de esperança, assinou o primeiro PRONAF MULHER do país. Nela há muitos exemplos de organização de mulheres. É também uma região com muitos exemplos de convivência com o semiárido pois aqui criamos ovelhas, ovelhos, caprinos e plantamos de forma agroecológica. Apodi é um dos poucos municípios que a população rural é maior que a urbana.

Nas nossas comunidades somos mais de 800 famílias, que há anos cuidamos desse terra e de água com muito respeito. Aqui plantamos feijão, arroz, batata, morango, frutas, verduras e criamos pequenos animais para a nossa alimentação diária. Chegamos desse decreto nos expulsamos de nos bos terras, nos distanciamos de nossos locais de amizade, infância, de nossas famílias. Com esse decreto nós deixamos de produzir para o próprio sustento e seremos obrigados a vender nosso trabalho para pagar nossas contas e nosso chá e colocar comida emlatada em nossos pratos de insetos do arroz e do feijão agroecológicos que nós mesmos produzimos. Esse decreto ameaça nossa soberania alimentar, nossa saúde e até mesmo nossas vidas.

ESTE DECRETO N.º 0.001 DE 30 DE JUNHO DE 2011 AMEAÇA A VIDA NO CAMPO, ENVENENA NOSSA TERRA E TERCEIRA AGRICULTURA EMPRESARIAL IRRIGADA, SUBSTITUINDO A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA, ISSO NÃO NOS INTERESSA, NÃO SERVE PARA NOSSAS VIDAS, NOSSAS FAMÍLIAS, NEM PARA O NOSSO FUTURO.

Chegou a hora de firmarmos esta carta, enviando neste endereço

com o desejo que este a encontre bem e que continue firme e forte. Esperamos também que sua luta para acabar com a fome e a miséria tenha reflexo aqui em nosso terra e assim nos permita conquistarmos nos elementos de nosso próprio trabalho, de comido vindo de nosso próprio chão sem depender de nenhum outro país.

Aguardo sua resposta, na esperança que você vai atender nosso pedido.

Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agrícolas.

com o desejo que este se encontre bem e que contorne firme e forte.  
Esperamos também que sua luta para acabar com a fome e a miséria  
seja sempre referida aqui em nossa terra e assim nos permita con-  
tinuar nos momentos de nosso próprio trabalho, de comê-lo ainda  
de nosso próprio chão sem depender de ummo nem outro.

Aguardo sua resposta, me esperança que você vá atender nosso pedido.

Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Peri-  
urbanos de São Paulo

## **ORGANIZAÇÃO**

Rodriana Dias Coelho Costa

Edinei Carvalho dos Santos

Kleber Aparecido da Silva

## **REVISÃO**

Oseas Bezerra Viana Júnior

Kleber Aparecido da Silva

## **CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Estúdio Guayabo

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente  
[livro eletrônico] / Rodriana Dias Coelho Costa, Edinei Carvalho dos  
Santos, Kleber Aparecido da Silva (orgs.). -- Campinas, SP : Editora da  
Abralim, 2021. -- (Altos estudos em linguística)  
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-10-0

1. Educação 2. Educação intercultural 3. Letramento 4. Letramento -  
Estudo e ensino 5. Práticas educacionais 6. Professores - Formação  
I. Costa, Rodriana Dias Coelho. II. Santos, Edinei Carvalho dos. III. Silva,  
Kleber Aparecido da. IV. Série.

21-81233

CDD-370.733

---

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Professores : Práticas docentes : Educação 370.733

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/ 9788568990100